

FORMAR SEM INCLUIR? A LACUNA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: ANÁLISES NOS PPC DO CAFS E CPCE

César Augusto do Prado Moraes¹
Adriana Barroso de Azevedo²
Kelly Cristine Rodrigues de Moura³
Alba Patrícia Passos de Sousa⁴
Georgianna Silva dos Santos⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a ausência de componentes curriculares voltados à educação inclusiva nos Projetos Pedagógicos de Curso de Ciências Biológicas do CAFS e do CPCE que podem implicar na formação de futuros profissionais da educação. Especificamente nos cursos de Ciências Biológicas oferecidos pelo Campus Amílcar Ferreira Sobral - CAFS e pelo Campus Professora Cinobelina Elvas - CPCE da Universidade Federal do Piauí - UFPI, essa ausência de disciplinas voltada para o debate da educação inclusiva nos Projetos Pedagógicos de Curso demonstra que estamos distantes de materializar nas ações uma formação inicial que potencialize uma educação para diversidade, bem como dificultando a compreensão de desenvolver nos sujeitos em formação competências e habilidades para lidar com o diferente nas salas de aula, sem deixar de mencionar que essa ausência compromete o exercício das funções sociais e pedagógicas que a profissão requer. Assim, faz-se a seguinte indagação: Como a ausência de disciplinas sobre educação inclusiva nos PPC dos cursos de Ciências Biológicas do CAFS e do CPCE afeta a formação inicial dos licenciados? Na análise dos PPCs, encontramos no campus CPCE somente uma disciplina denominada Políticas Públicas e Educação Inclusiva com carga horária de 60h de caráter optativo. Já no campus CAFS não encontramos nem uma disciplina na composição da grade curricular. Assim, como resultado deste trabalho é presente a lacuna nestes cursos de formação inicial de professores sobre a temática da educação inclusiva. Pois como forma de proporcionar uma formação na perspectiva da Educação Inclusiva para os licenciados dos contextos do estudo, os cursos devem incluir um componente curricular que versa sobre a temática inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Projeto político pedagógico, Ciências biológicas, Formação inicial de professores.

¹Doutor pelo Curso de Educação da Universidade Metodista de São Paulo – SP, cesarmatbori@hotmail.com ;

²Doutora pelo Curso de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo – SP, adriana.azevedo@metodista.br ;

³Doutora pelo Curso de Educação da Universidade de São Paulo – SP, kellycristine@ufpi.edu.br ;

⁴Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Estadual de Campinas – SP, alba2sousa@ufpi.edu.br ;

⁵Doutora pelo Cursos de Ensino em Biociências e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz – RJ, georgianna.santos@univasf.edu.br .





INTRODUÇÃO

As discussões sobre educação inclusiva tornam-se cada vez mais relevantes quando se reflete sobre a formação inicial de professores — no caso deste estudo, a formação de futuros docentes de Ciências e Biologia nos campi Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) e Professora Cinobelina Elvas (CPCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O primeiro avanço educacional relacionado à educação inclusiva ocorreu com a publicação da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que reafirma o direito de todas as pessoas à educação, “[...] independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994, s/p.).

Para que a educação inclusiva seja efetivamente implementada nos cursos de formação inicial de professores, torna-se essencial o investimento nas unidades de ensino, de modo que estejam adequadas para receber todos os estudantes. Nesse contexto, a formação inicial docente adquire grande relevância, visando garantir que a inclusão de alunos com deficiência seja realizada de forma concreta e consistente.

Mantoan (2005) reconhece a importância da formação inicial de professores para a consolidação da educação inclusiva. Entretanto, ainda é possível identificar lacunas formativas nos cursos de licenciatura. Segundo a autora, muitos docentes recém-formados apresentam dificuldades para reestruturar estratégias pedagógicas capazes de atender às necessidades dos alunos público-alvo da educação inclusiva.

Embora a formação inicial docente para a educação inclusiva tenha ganhado destaque contemporaneamente, autores como Dias e Silva (2020) e Oliveira e Dias (2022) destacam, em seus estudos, a ausência de discussões aprofundadas sobre essa temática nos cursos de formação de professores, bem como a falta de preparo para a inclusão de alunos público-alvo da educação especial no ensino regular — sobretudo no curso de Licenciatura em Biologia.

Considerando esse cenário, o presente trabalho tem como propósito analisar a ausência de componentes curriculares voltados à educação inclusiva nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de Ciências Biológicas do CAFS e do CPCE, condição que pode comprometer a formação dos futuros profissionais da educação. Dessa forma, apresenta-se a seguinte questão norteadora: Como a ausência de disciplinas sobre educação inclusiva nos PPC dos cursos de Ciências Biológicas do CAFS e do CPCE afeta a formação inicial dos licenciandos?



A metodologia utilizada fundamentou-se na abordagem narrativa (auto)biográfica, por proporcionar um percurso reflexivo que possibilita compartilhar e construir coletivamente conhecimentos pedagógicos a partir da análise dos PPC. Assim, considerou-se o PPC como um espaço legítimo para a busca de respostas, uma vez que esse documento representa os cursos de Ciências Biológicas dos campi CPCE e CAFS da UFPI.

Nos PPC dos cursos de graduação encontram-se os fundamentos que orientam a formação, seus objetivos, metodologias de ensino, propostas avaliativas, projetos e demais elementos significativos. Além disso, esses documentos sintetizam, em sua organização curricular — foco deste estudo —, todas as ações e diretrizes que estruturam o curso.

Os resultados obtidos evidenciam a existência de lacunas nesses cursos de formação inicial no que se refere à temática da educação inclusiva. Para assegurar uma formação pautada na perspectiva inclusiva aos licenciandos desses contextos, torna-se imprescindível a inclusão de um componente curricular que trate especificamente desse tema.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação inicial de professores tem como finalidade promover uma formação reflexiva, o que torna imprescindível que, nas propostas pedagógicas dos cursos, sejam ressaltados os aspectos relacionados à educação inclusiva. Nesse desafio vinculado à formação docente, Maldaner (2013) evidencia que os cursos de licenciatura não têm conseguido elaborar processos formativos que atendam às demandas da educação inclusiva.

Vilela-Ribeiro e Benite (2013, p. 781) acrescentam suas contribuições ao afirmarem que “a complexidade de ensinar ciências em salas de aulas inclusivas é evidenciada pela falta de preparo dos professores e das escolas em transpor a linguagem científica para as pessoas com diferentes necessidades de aprendizagem”.

Salientamos que a instituição responsável pela formação de professores possui a dupla incumbência de atuar, por um lado, como agente de transformação do sistema educacional e, por outro, de contribuir para a socialização e reprodução da cultura dominante. Dessa forma, compreende-se que os cursos de formação docente exercem o importante papel social de favorecer o questionamento e a problematização das condições do sistema de ensino. Considerando que a escola se configura como um espaço plural e





heterogêneo, as discussões sobre educação inclusiva tornam-se cada vez mais indispensáveis na formação inicial docente.

De modo particular, ao refletirmos sobre a formação de professores de Ciências Biológicas — foco deste estudo — que deve ser capaz de reconhecer as diversidades dos alunos e seus ritmos de aprendizagem, percebe-se a ausência de reflexão acerca da estrutura dos cursos de formação docente e de como estes têm sido organizados para proporcionar debates sobre a pluralidade discente (DIAS, 2018). Além disso, é importante destacar que as lacunas formativas referentes à educação inclusiva constituem uma realidade em diferentes áreas da formação de professores.

METODOLOGIA

Nesse sentido, optamos pela abordagem narrativa (auto)biográfica como metodologia de pesquisa deste trabalho, pois ela possibilita um percurso reflexivo por meio do qual partilhamos e construímos coletivamente conhecimentos pedagógicos a partir dos PPC dos cursos. Assim, estabelece-se a seguinte indagação: como a ausência de disciplinas sobre educação inclusiva nos PPC dos cursos de Ciências Biológicas do CAFS e do CPCE interfere na formação inicial dos licenciandos?

Considerando a questão estruturante desta pesquisa, dialogamos com as ideias de Nóvoa e Finger (2010), que apresentam a pesquisa narrativa autobiográfica, em sua concepção formativa, como uma metodologia que “[...] amplia e produz conhecimentos sobre a pessoa em formação, as suas relações com territórios e tempos de aprendizagem e seus modos de ser, de fazer e de biografar resistências e pertencimentos” (NÓVOA; FINGER, 2010, p. 05).

A investigação na modalidade narrativa é “tanto um método de investigação quanto o fenômeno a ser investigado” (FRAIHA-MARTINS, 2014, p. 38). Desse modo, o fenômeno investigado nesta pesquisa narrativa autobiográfica consiste em compreender de que maneira a ausência de disciplinas sobre educação inclusiva nos PPC dos cursos de Ciências Biológicas do CAFS e do CPCE impacta a formação inicial dos licenciandos.





Este trabalho também se fundamenta em uma pesquisa documental, uma vez que se desenvolve a partir de documentos especificamente, os PPC dos cursos mencionados. Segundo Severino (2017), na pesquisa documental, os conteúdos dos PPC não passam por um

tratamento analítico prévio, constituindo-se como o corpus da investigação, com base no qual os pesquisadores realizam seu estudo e alcançam análises e conclusões.

Realizamos uma busca minuciosa nas páginas dos PPC citados, com o objetivo de proceder à análise dos dados e verificar a existência de disciplinas relacionadas à educação inclusiva. Para a compilação das informações, os PPC foram lidos em sua íntegra, buscando-se identificar elementos que contemplassem a temática da educação inclusiva. Todos os trechos presentes nos documentos e nas ementas que atendessem ou mencionassem a expressão “educação inclusiva”, conforme o objetivo do estudo, foram selecionados e posteriormente utilizados nas discussões e resultados, os quais serão apresentados na seção seguinte deste texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Informações gerais extraídas dos PPCs do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí – UFPI, oferecidos pelo Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) e pelo Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), tais como o ano de reestruturação do PPC, a carga horária total, o tempo mínimo de integralização e o número de vagas ofertadas anualmente.

No Campus CAFS, o curso de Ciências Biológicas possui um PPC em vigor implantado em 2011, cuja carga horária total é de 3.410 horas. O curso é ofertado em oito semestres e disponibiliza, por ano, 80 vagas distribuídas no turno vespertino e no turno noturno, sendo 40 vagas destinadas ao primeiro semestre e 40 vagas ao segundo semestre. Já no curso ofertado pelo CPCE, o PPC vigente foi implantado em 2013, apresenta carga horária total de 3.090 horas, é ofertado em oito semestres e dispõe igualmente de 80 vagas anuais (vespertino e noturno), divididas em 40 vagas no primeiro semestre e 40 vagas no segundo.

Partindo para a identificação de referências à educação inclusiva nos PPCs analisados, ressaltamos que os caminhos metodológicos adotados pelos cursos para formar professores na perspectiva inclusiva se diferenciam entre si, considerando que cada curso assume uma





abordagem própria de formação. Desse modo, ao realizarmos a busca pelos trechos dos PPCs que tratam da temática da educação inclusiva, verificamos que tais referências foram encontradas apenas no PPC do curso do Campus CPCE.

A partir da análise das informações presentes nos PPCs, constatamos que os conteúdos relativos à educação inclusiva aparecem exclusivamente no PPC do curso ofertado pelo CPCE,

distribuídos em dois momentos distintos da estrutura curricular: em um componente curricular optativo e na ementa da disciplina. No PPC do curso ofertado pelo CAFS, não foi identificada a presença da expressão “educação inclusiva” em nenhum trecho do documento.

Os componentes curriculares optativos são definidos como aqueles que incluem conhecimentos complementares à formação dos licenciandos e podem se materializar por meio de disciplinas eletivas. Conforme consta no PPC do CPCE, existe uma disciplina optativa intitulada “Políticas Públicas e Educação Inclusiva”, com carga horária de 60 horas, não constituindo pré-requisito para outras disciplinas.

Outro aspecto relevante refere-se ao conteúdo da ementa dessa disciplina, presente no PPC do CPCE, que apresenta o seguinte texto: “O controle dos corpos e a educação brasileira como prática de controle. As concepções de normal e patológico. As concepções histórico-sociais da chamada educação especial/inclusiva. Estigmatização, mecanismos de exclusão e espaço escolar. A visão histórico-crítica de educação inclusiva.” (PPC/CPCE, p. 58, 2013). Observa-se que tal ementa encontra-se desatualizada em relação ao atual contexto da educação inclusiva, pois aborda temas como educação enquanto prática de controle, definição de normal e patológico e concepções de educação inclusiva sob uma perspectiva historicamente superada. Assim, o conteúdo dessa ementa contrapõe-se às legislações vigentes sobre a temática na formação inicial e continuada de professores.

Dessa forma, ambos os PPCs analisados encontram-se em desconformidade com a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que determina, em seu capítulo III, referente à base comum nacional e ao perfil do egresso, a obrigatoriedade da integração de componentes curriculares voltados à educação inclusiva. O Art. 7º estabelece:

Art. 7º As IES responsáveis pela oferta de cursos e programas de formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica devem assegurar a integração da base comum nacional ao seu PPC, articulado com o PPI e o PDI, de modo a garantir:
IX – a consolidação da educação inclusiva, por meio do respeito às diferenças,





reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, etária, entre outras. (BRASIL, 2024, p. 4–5).

O mesmo capítulo, em seu Art. 10, define competências do egresso da formação inicial, destacando novamente a centralidade da educação inclusiva:

Art. 10 Ao final do curso de formação inicial em nível superior, o egresso deverá estar apto a:
IX – consolidar a educação inclusiva por meio do respeito às diferenças, reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, etária, entre outras. (BRASIL, 2024, p. 4 e 7).

À luz dessa normativa, encontramos respaldo em Arroyo (2013), que menciona que, assim como os PPCs podem contribuir para uma política de silenciamento e ocultação de coletivos sociais — incluindo a área da educação inclusiva — também podem desempenhar papel significativo na construção de uma política de valorização curricular que integre temáticas emergentes para a formação docente.

Apesar de o PPC do curso ofertado pelo CPCE incluir apenas uma disciplina optativa sobre educação inclusiva, reconhecemos o papel relevante que esse componente pode desempenhar quando efetivamente ofertado e cursado pelos estudantes. A oportunidade de cursar uma disciplina voltada à temática favorece processos reflexivos e de aprofundamento conceitual, especialmente para aqueles que demonstram interesse pelo assunto. Contudo, é importante salientar que, por se tratar de um componente optativo, sua oferta não é obrigatória em todos os semestres, o que pode limitar o acesso dos graduandos a essa formação.

A análise dos dois PPCs evidencia a ausência de disciplinas, discussões e propostas formativas direcionadas à temática da educação inclusiva. No entanto, essa lacuna não elimina a possibilidade de existência de iniciativas institucionais, como projetos de pesquisa, atividades de extensão e grupos de estudos, que abordam o tema. Assim, reafirma-se a necessidade de que os cursos reconheçam e fortaleçam os espaços destinados à educação inclusiva como elementos essenciais para a formação inicial de professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS





A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de Ciências Biológicas dos campi Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) e Professora Gisele Elvas (CPCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), evidenciou lacunas significativas no que se refere à inclusão de componentes curriculares destinados à educação inclusiva. Embora a formação inicial de professores de acordo com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, deva ser um espaço fundamental para a construção de práticas pedagógicas que assegurem a formação dos graduandos referente a temática da educação inclusiva, constatou-se que os cursos investigados ainda não

incorporam, de maneira efetiva e obrigatória, conteúdos que preparem os licenciandos para atuarem nesta realidade presente nas escolas e nas salas de aulas.

Os resultados apontam que apenas o PPC do CPCE apresenta um componente relacionado à temática, e ainda assim de natureza optativa, o que limita o acesso dos licenciandos a conhecimentos sistematizados sobre educação inclusiva. Ademais, observou-se que a ementa desse componente curricular se encontra defasada em relação às legislações e diretrizes vigentes, o que compromete sua relevância formativa. No caso do PPC do CAFS, a ausência completa da expressão “educação inclusiva” sinaliza uma fragilidade ainda maior na formação inicial oferecida.

Esses achados demonstram a necessidade urgente de revisão e atualização dos PPCs analisados, de modo a garantir a conformidade com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece a obrigatoriedade da integração de conteúdos voltados à consolidação da educação inclusiva no perfil do egresso da formação docente. A presença de disciplinas obrigatórias que abordem essa temática não apenas atenderia às normativas legais, mas contribuiria para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, democráticas e alinhadas às diversidades presentes na escola contemporânea.

Ressalta-se, ainda, que a ausência de componentes curriculares obrigatórios voltados à educação inclusiva não impede que outras ações institucionais — como projetos de pesquisa, atividades extensionistas e grupos de estudo — possam atuar como espaços de promoção do debate. No entanto, tais ações não substituem a responsabilidade curricular dos PPCs, considerando sua centralidade na organização e na identidade formativa dos cursos.

Desse modo, reafirma-se a importância de que os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas ofertados nos campi CPCE e CAFS da UFPI reconheçam a educação inclusiva como eixo essencial da formação docente. A revisão estrutural dos PPCs, a atualização das ementas e a implementação de disciplinas obrigatórias voltadas à temática são passos





fundamentais para assegurar que os futuros professores estejam efetivamente preparados para atuar em uma escola inclusiva e comprometida com uma educação para todos de forma igualitária.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Currículo, Território em Disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/parecer-cp-2024#:~:text=Parecer%20CNE/CP%20n%C2%BA%204,licenciados%20e%20de%20segunda%20licenciatura\).](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/parecer-cp-2024#:~:text=Parecer%20CNE/CP%20n%C2%BA%204,licenciados%20e%20de%20segunda%20licenciatura).) . Acesso em: 16 nov. 2025.

DIAS, V. B.; SILVA, L. M. **Educação Inclusiva e Formação de Professores**: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura? *Práxis Educacional* (online), v. 16, p. 406-429, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6822>. Acesso em: 16 nov. 2025.

DIAS, Viviane. **Formação de professores e educação inclusiva**: uma análise à luz da Teoria Crítica da Sociedade. 2018. 263f. Tese (Doutorado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

FINGER, M. As implicações socioepistemológicas do método biográfico. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal: EDUFERN, 2010. p. 122-130.

FRAIHA-MARTINS, F. **Significação do ensino de ciências e matemática em processos de letramento científico-digital**. 2014. 189f. Tese. (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) – Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém.

MALDANER, O. A. A formação inicial e continuada de professores de química. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2013.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. *Revista Nova Escola - revista do professor*, São Paulo: Editora Abril, p. 24-26, maio 2005.
NÓVOA, A. FINGER, M. (Orgs.). **O método (auto)biográfico e a formação**. São Paulo: Paulus, 2010.

OLIVEIRA, S. G. S.; DIAS, V. B. Formação de pedagogos para o contexto inclusivo: um estudo de revisão. *Revista Educação Especial*, v. 35, p. e11/1–21, 2022. DOI:





10.5902/1984686X65513. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/65513>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SEVERINO, Antonio. Metodologia do trabalho científico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

UNESCO. Declaração de Salamanca e suas Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). CAMPUS CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL (CAFS). **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em ciências biológicas** (2011). Floriano: UFPI/CAFS, 2011. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=74249. Acesso em: 16 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS (CPCE). **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em ciências biológicas** (2013). Bom Jesus: UFPI/CPCE, 2013. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=74249. Acesso em: 16 nov. 2025.

VILELA-RIBEIRO, E. B.; BENITE. Alfabetização científica e educação inclusiva no discurso de professores formadores de professores de ciências. Ciência & Educação, Bauru, v. 19, n. 3, p. 781-794, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/qc7qBX6QPzHvBvPKpr5pJ5w/?format=html&stop=next&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2025.

